

Alerta Legislação nº 50, de 13 a 18 dez. 2021

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 114, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.078, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica.

DECRETO Nº 10.893, DE DEZEMBRO DE 2021

Regulamenta o § 1º-C do art.26 da [Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996](#), que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.

Governo do Estado de São Paulo

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.363, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a concessão do Abono-FUNDEB aos profissionais da educação básica da rede estadual de ensino, na forma que especifica, e altera a [Lei Complementar nº 1.144, de 11 de julho de 2011](#)

LEI Nº 17.473, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera a [Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008](#), que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a [Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989](#), que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a [Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020](#), que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá outras providências

LEI Nº 17.471, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

Institui o Programa Conecta SP, define suas finalidades e diretrizes, e dá outras providências

LEI Nº 17.469, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Promove alterações e consolida a legislação que classifica os Municípios Turísticos do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 66.347, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

Institui, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Social, no âmbito do Programa "São Paulo Amigo do Idoso", o Projeto "Longevidade" e dá providências correlatas

DECRETO Nº 66.328, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Institui o Programa "Desenvolve Municípios" e dá providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
17/12/2021	<u>DECRETO Nº 10.899, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera o Decreto nº 10.496, de 28 de setembro de 2020 , que institui o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento.
17/12/2021 (Ed. extra)	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.080, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 , que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 10.895, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera o Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 , para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL.
15/12/2021	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.079, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de <i>drawback</i> . <u>DECRETO Nº 10.894, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a inclusão do Porto Organizado de São Sebastião no Programa Nacional de Desestatização.
14/12/2021 Edição Extra	<u>DECRETO Nº 10.893, DE DEZEMBRO DE 2021</u> Regulamenta o § 1º-C do art.26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 , que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.

<p>14/12/2021</p>	<p><u>DECRETO Nº 10.892, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Aprova o Programa de Dispêndios Globais – PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências.</p>
<p>13/12/2021 Edição Extra</p>	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.078, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica.</p>
<p>Atos do Congresso Nacional (CN)</p>	<p><u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 114, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2021</u> (*) Aprova o texto da Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001. (*) O texto da Convenção acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 14/10/2021</p>
<p>Atos do Poder Legislativo</p>	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997(1); revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009(2), e dispositivos das Leis nºs 11.096, de 13 de janeiro de 2005(3), e 12.249, de 11 de junho de 2010(4); e dá outras providências. Mensagem de veto (1) Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. (2) Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social (...) (3) Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior (...) (4) Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE (...)</p> <p><u>LEI Nº 14.261, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Cria o Ministério do Trabalho e Previdência; altera as Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019(1), 7.998, de 11 de janeiro de 1990(2), e 8.036, de 11 de maio de 1990(3), e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga dispositivos da Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019(4); e dá outras providências. (1) Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios (2) Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências</p>

	<p>(3) Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.</p> <p>(4) Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (...)</p>
Atos do Senado Federal (SF)	<p><u>RESOLUÇÃO Nº 38, DE 2021</u> Autoriza o Município de São Paulo (SP) a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 97.000.000,00 (noventa e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América).</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	<p>CASA CIVIL (CCPR) ↳ Comitê Interministerial de Planejamento da Infraestrutura <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Aprova o Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura - 2021-2050.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Define o enquadramento dos projetos como de grande porte.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE <u>RESOLUÇÃO Nº 25, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021</u> Estabelece como de interesse da Política Energética Nacional a fixação do teor de mistura obrigatória do biodiesel no óleo diesel fóssil em 10% (dez por cento), para o ano de 2022.</p> <p>SECRETARIA DE GOVERNO <u>PORTARIA Nº 91, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Revoga a Política de Gestão de Riscos da Secretaria de Governo da Presidência da República.</p>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 16, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021</u> (*) Homologa os produtos e serviços preferenciais passíveis de apoio por meio das transferências de recursos da União, para atendimento a projetos governamentais sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do Anexo desta Instrução Normativa. (*) Republicada por ter constado incorreção quanto a original publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2021, Edição nº 231, Seção 1, páginas 11 a 14.</p> <p>SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO <u>PORTARIA SAF/MAPA Nº 264, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera a Portaria SAF/MAPA nº 242, de 08 de novembro de 2021, que estabelece as condições e os procedimentos gerais para inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.</p>

<p>Ministério da Cidadania</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MC Nº 712, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Institui o Selo da Lei de Incentivo ao Esporte</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL → Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEISP/MC Nº 5, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> (...) Incluir os valores unitários de referência para o Estado de São Paulo para implantação do Modelo da Tecnologia Social de Acesso à Água nº 01: Cisterna de Placas Familiar de 16 mil litros para Consumo Humano, nos termos do art. 15 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM-MD Nº 5.175, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Aprova as Normas para as Compras no Exterior dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.</p> <p>COMANDO DA MARINHA (CM) → Estado-Maior da Armada (EMA) <u>PORTARIA EMA/MB Nº 4, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021</u> Cria a Comissão de Negociação da Marinha para os Procedimentos Especiais de Salvaguardas para o combustível nuclear do Submarino Convencional com Propulsão Nuclear Brasileiro (SN-BR) e dá outras providências.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Regional</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Habitação, para o exercício de 2022.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 54, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Infraestrutura Urbana, especificamente do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte, para o exercício de 2022.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre o orçamento operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Saneamento Básico, para o exercício 2022.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u></p>

	<p>Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Infraestrutura Urbana, especificamente do Programa de Desenvolvimento Urbano (PróCidades), para o exercício de 2022.</p>
<p>Ministério da Economia</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL → Área de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução →→ Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 203, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Estabelece os procedimentos necessários para a adesão ao Pix.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 202, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Estabelece os procedimentos necessários para os testes formais de homologação no Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT), para a validação de QR Codes, para a validação da prestação de serviço de iniciação de transação de pagamento e para os testes de homologação para publicação de informações relativas à facilitação do serviço de saque, no âmbito do Pix.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 200, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Estabelece os procedimentos operacionais para a cobrança e para a efetuação do ressarcimento de custos operacionais referente a cada Pix com finalidade de saque ou de troco liquidado fora do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e estabelece o formato, a periodicidade e as informações a serem prestadas pelos participantes do Pix sobre essas transações.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 199, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Estabelece os procedimentos operacionais para a cobrança e para a efetuação do ressarcimento de custos operacionais referente a cada Pix com finalidade de saque ou de troco.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 198, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre os procedimentos necessários para habilitar o agente de saque a disponibilizar os produtos Pix Saque e Pix Troco, a serem observados por provedores de conta transacional e por facilitadores de serviço de saque.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 197, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Estabelece o formato, a periodicidade e as informações a serem publicadas pelos participantes do Pix relacionados à facilitação de serviço de saque.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 196, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre os limites de valor para as transações no âmbito do Pix.</p>

→ **Diretoria Colegiada (DC)**

RESOLUÇÃO BCB Nº 172, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera o Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, que disciplina o funcionamento do arranjo de pagamentos Pix, para ajustar dispositivos sobre o Pix com finalidade de saque ou de troco.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.060, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte.

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

→ **Secretaria De Gestão e Desempenho e Pessoal**

PORTARIA SGP/SEDGG/ME Nº 14.635, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera a Portaria Normativa SGP/MP nº 4, de 6 de abril de 2018, que regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da [Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014](#).

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 14.736, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Controladoria-Geral da União e dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; da Saúde; da Infraestrutura; das Comunicações; da Defesa; do Desenvolvimento Regional; e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R\$ 905.727.260,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 14.642, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Economia; do Meio Ambiente; e da Cidadania, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 89.015.563,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 14.543, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 734.629.889,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 14.583, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 40.934.592.303,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

	<p>SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE ↳ Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.057, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Regulamenta o processo de consulta sobre classificação fiscal de mercadorias no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.</p>
<p>Ministério da Infraestrutura</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>DELIBERAÇÃO CONTRAN Nº 247, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a implementação do Programa RODOVIDA.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MMA Nº 561, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Institui a lista de espécies nativas ameaçadas de extinção, como incentivo ao uso em métodos de recomposição de vegetação nativa em áreas degradadas ou alteradas.</p> <p><u>PORTARIA CONJUNTA MMA/IBAMA/ICMBIO/JBRJ Nº 548, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Disciplina a gestão de programas e projetos de cooperação, acordos e instrumentos congêneres, financiados com recursos externos ou de fundos no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) <u>RESOLUÇÃO CONAMA Nº 503, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Define critérios e procedimentos para o reúso em sistemas de fertirrigação de efluentes provenientes de indústrias de alimentos, bebidas, laticínios, frigoríficos e graxarias</p>
<p>Ministério de Minas e Energia</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 957, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Institui a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, revoga as Resoluções Normativas nº 249, de 11 de agosto de 1998; nº 271, de 19 de agosto de 1998; nº 18, de 28 de janeiro de 1999 e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 956, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Estabelece os Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, revoga as Resoluções Normativas nº 395, de 15 de dezembro de 2009; nº 424, de 17 de dezembro de 2010; nº 432, de 5 de abril de 2011 e dá outras providências.</p>

<p>Ministério da Saúde</p>	<p>SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 17, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Retinopatia Diabética.</p> <p>SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE <u>PORTARIA Nº 84, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Institui Câmara Técnica Assessora para o enfrentamento do Câncer de Colo do Útero no âmbito da Atenção Primária à Saúde.</p>
<p>Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais</p>	<p>CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) <u>RESOLUÇÃO CFC Nº 1.640, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o Art. 25 do Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF) <u>RESOLUÇÃO Nº 714, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021</u> (*) Fixa os valores das anuidades para o exercício de 2022 e dá outras providências. (*) Republicada por incorreção no DOU de 30/11/2021, Seção 1, página 202.</p>
<p>Ministério Público da União</p>	<p>ATOS DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA <u>PORTARIA PGR/MPU Nº 138, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021</u> (...) Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei n.º 14.144, de 22 de abril de 2021), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 20.098.648,00 (vinte milhões, noventa e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria. (...)</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>18/12/2021</p>	<p><u>DECRETO Nº 66.353 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera o Decreto nº 64.728, de 27 de dezembro de 2019, que regulamenta a Lei nº 13.242, de 8 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a instituição de programas destinados ao atendimento do cidadão em situação de vulnerabilidade social</p> <p><u>DECRETO Nº 66.352, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Regulamenta, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, a Lei nº 17.149, de 13 de setembro de 2019, que institui o Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista - PDDE Paulista, define suas finalidades, diretrizes e estabelece outras providências</p> <p><u>DECRETO Nº 66.351, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021</u></p>

	<p>Regulamenta a Lei Complementar nº 1.363, de 13 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a concessão do Abono-FUNDEB aos profissionais da educação básica da rede estadual de ensino, na forma que especifica, e altera a Lei Complementar nº 1.144, de 11 de julho de 2011</p>
<p>17/12/2021</p>	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.364, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a criação de cargos de Analista Jurídico do Ministério Público no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo</p> <p><u>LEI Nº 17.477, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 492, de 2020, do Deputado Bruno Ganem - PODE) Obriga os condomínios residenciais e comerciais localizados no Estado a comunicar aos órgãos de segurança pública a ocorrência de casos de maus-tratos a animais</p> <p><u>LEI Nº 17.473, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera a Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá outras providências</p> <p><u>LEI Nº 17.472, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com instituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento, bancos privados nacionais ou internacionais, agência multilateral de garantia de financiamentos e a prestar contragarantias em operações de crédito a serem celebradas pela Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.; altera as Leis nºs 14.477, de 6 de julho de 2011 (...)</p> <p><u>LEI Nº 17.471, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Institui o Programa Conecta SP, define suas finalidades e diretrizes, e dá outras providências</p> <p><u>DECRETO Nº 66.348, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera o artigo 10 do Decreto nº 41.628, de 10 de março de 1997(*), e dá providências correlatas (*) Ficam aprovadas as alterações a serem introduzidas nos Estatutos da Fundação Pró-Sangue-Hemocentro de São Paulo, em decorrência da Lei Complementar 417, de 22/10/1985, das Leis 4.831, de 19/11/1985 e 6.880, de 06/06/1990.</p> <p><u>DECRETO Nº 66.347, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Institui, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Social, no âmbito do Programa "São Paulo Amigo do Idoso", o Projeto "Longevidade" e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 66.346, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Reformula o Programa "São Paulo Amigo do Idoso" e o "Selo Amigo do Idoso", instituídos pelo Decreto nº 58.047, de 15 de maio de 2012, e dá providências correlatas</p>

16/12/2021	<p><u>DECRETO Nº 66.338, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Autoriza a Secretaria da Segurança Pública a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios paulistas, visando à transferência de recursos para aquisição de viaturas equipadas, nos termos da Lei nº 16.111, de 14 de janeiro de 2016</p>
14/12/2021	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.363, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a concessão do Abono-FUNDEB aos profissionais da educação básica da rede estadual de ensino, na forma que especifica, e altera a Lei Complementar nº 1.144, de 11 de julho de 2011</p> <p><u>LEI Nº 17.470, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera a Lei n.º 6.374, de 1º de março de 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS</p> <p><u>LEI Nº 17.469, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Promove alterações e consolida a legislação que classifica os Municípios Turísticos do Estado de São Paulo</p> <p><u>DECRETO Nº 66.328, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Institui o Programa "Desenvolve Municípios" e dá providências correlatas</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Social (SEDS)	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS-46, DE 17-12-2021</u> Altera a Resolução SEDS nº 31, de 18-12-2012, que dispõe sobre as condições para celebração de convênios com Municípios, visando a implementação do Programa Estadual São Paulo Amigo do Idoso e dá providências. <i>(Republicado ter saído com incorreções)</i></p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDS - 45, DE 17/12/2021</u> Estabelece a dispensa do pagamento das refeições nos Restaurantes Populares Bom Prato, aos usuários devidamente cadastrados pelos Municípios, como população em situação de rua não albergada e sem acesso à assistência alimentar, até 31-03-2022 e revoga a Resolução SEDS 35, de 31-08-2021.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDS – 44, DE 17-12-2021</u> Estabelece normas complementares em atendimento ao Decreto Estadual nº 64.897, de 31-03-2020(*) e revoga a Resolução SEDS nº 34, de 31/08/2021. <i>(*) Autoriza o funcionamento extraordinário das unidades do Restaurante Popular, instituído pelo Decreto n. 45.547, de 26 de dezembro de 2000, no contexto da pandemia COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas.</i></p>

	<p><u>RESOLUÇÃO SEDS Nº 43 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera a Resolução nº 24 de 16 de julho de 2021, que regulamenta a implantação de dos "Restaurantes Populares", que estabelece as suas normas reguladoras e regras de participação das Organizações da Sociedade Civil e das Prefeituras dos municípios onde as unidades serão instaladas, quando for o caso.</p>
<p>Educação (SE)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC DE 17-12-2021</u> HOMOLOGANDO, com fundamento no § 1º do artigo 9º, da Lei 10.403, de 6 de julho de 1971, o Parecer CEE 346/2021, que manifesta-se favoravelmente à celebração do Convênio, entre Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, objetivando a execução do Programa de Pesquisa em Educação Básica - PPEDUC / FAPESP-SEDUC, cujo objetivo é selecionar e apoiar a pesquisa científica e tecnológica aplicada à educação básica no âmbito do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto 64.297, de 19 de junho de 2019, sujeitando-se às normas da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual 6.544, de 22 de novembro de 1989 e do Decreto 66.173, de 26 de outubro de 2021, no que couber.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC 142, DE 17-12-2021</u> Dispõe sobre o Projeto de Recuperação Intensiva nos meses de janeiro e julho de 2022 e estabelece os critérios de aprovação e retenção do ano letivo de 2021 na rede estadual de ensino</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC, DE 17-12-2021</u> HOMOLOGANDO, com fundamento no § 1º do artigo 9º, da Lei 10.403, de 6 de julho de 1971, o Parecer CEE 306/2021, que aprova a celebração do Convênio, entre o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Educação e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, objetivando a prestação de serviço de suporte técnico denominado "<i>Microsoft Premier</i>", que compreende serviços de atendimento, suporte técnico local, <i>workshops</i> de suportabilidade, tratamento de incidentes de suporte, disponibilidades de serviços de chamada via 0800 e <i>internet</i>, e assinatura de periódicos técnicos específicos e os serviços adicionais de <i>Microsoft Services Premier Support</i>, nos termos do Decreto 64.297, de 19 de junho de 2019, sujeitando-se às normas da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual 6.544, de 22 de novembro de 1989 e do Decreto 66.173, de 26 de outubro de 2021, no que couber.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC 139, DE 13-12-2021</u> Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2022.</p> <p><u>PORTARIA CISE 96, DE 17-12-2021</u> Estabelece os valores de referência para o repasse de recursos aos municípios, no âmbito do Plano de Ações integradas do Estado de São Paulo - PAINSP, instituído pela Lei 11.414, de 23-9-2021, concernente ao eixo de infraestrutura física, em especial, quanto às ações de construção e ampliação de creches.</p>

<p>Fazenda e Planejamento (SFP)</p>	<p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) SUPLEMENTO - FAZENDA <u>NOTIFICAÇÃO</u> DÉBITOS DE ICMS E FECOEP Os contribuintes identificados no suplemento ficam notificados de que há débitos em aberto de ICMS/FECOEP de sua responsabilidade. No prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data desta publicação, os contribuintes deverão recolher o débito fiscal integralmente ou então solicitar o seu parcelamento. (...)</p> <p>→ Subcoordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento → → Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida <u>COMUNICADO DICAR-93, DE 17-12-2021</u> Divulga Tabela Prática para Atualização de Débitos, exceto os relativos a ICMS e IPVA, por meio da UFESP mensal, aplicável no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-92, DE 17-12-2021</u> Divulga Tabela Prática para Atualização dos Débitos Fiscais relativos ao IPVA, por meio da UFESP mensal, aplicável no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-91, DE 17-12-2021</u> Divulga Tabela Prática para Atualização dos Débitos Fiscais relativos ao ICMS, por meio da UFESP mensal, aplicável no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-90, DE 17-12-2021</u> Divulga o valor mínimo para emissão de Nota Fiscal de Venda a Consumidor para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-89, DE 17-12-2021</u> Divulga o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo – UFESP para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022</p>
<p>Habitação (SH)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO NORMATIVA CGFPHIS Nº 025 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021</u> APROVA nova edição, com alterações, da Deliberação Normativa nº 021/2018 que aprovou o PROGRAMA CASA PAULISTA – DESENVOLVIMENTO URBANO.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SH Nº 29, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera dispositivos da Resolução SH nº 07, de 30 de julho de 2021, que estabelece o Regulamento do Programa NOSSA CASA, no modelo de Fomento Habitacional por Apoio Técnico Conveniado</p>

<p>Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) – Subsecretaria do Meio Ambiente <u>DELIBERAÇÃO CBH-LN Nº 216, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Aprova a revisão 2021 da síntese do Plano de Ação para Gestão dos Recursos Hídricos da UGRHI 3 e respectivo Programa de Investimentos para o período 2020-2023 e dá outras providências.</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CRH N. 263, DE 16-12-2021</u> Aprova indicação ao FEHIDRO de empreendimentos de abrangência estadual ou regional para o exercício de 2021.</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CRH N. 261, DE 16-12-2021</u> Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e revoga a Deliberação CRH nº 134 de 2011.</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CRH N. 259, DE 16-12-2021</u> Aprova os critérios e procedimentos para a execução de diagnóstico hidrogeológico de detalhe nas regiões identificadas como Áreas Potenciais de Restrição e Controle no Estado de São Paulo.</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CRH N. 258, DE 16-12-2021</u> Aprova a destinação dos recursos financeiros advindos da 1ª certificação do PROGESTÃO (Ciclo II) e dá outras providências.</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CRH N. 257, DE 16-12-2021</u> Aprova o Relatório de situação dos recursos hídricos no estado de São Paulo - ano base 2020.</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CRH N. 256, DE 16-12-2021</u> Aprova o conceito de sala de situação no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o Manual de instalação de Sala de Situação no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO CIB 170/2021</u> (...) A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP, em sua 318ª reunião ordinária realizada em 09/12/2021, aprovou a antecipação da realização da Campanha de Seguimento do Sarampo, no estado de São Paulo, para o primeiro semestre de 2022, preferencialmente, junto com a Campanha de vacinação contra Influenza.</p>
<p>Transportes Metropolitanos (STM)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM Nº 050, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Autoriza a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S/A a realizar operação assistida do trecho entre a Estação São Paulo – Morumbi e a Estação Vila Sônia, a partir de 17 de dezembro de 2021.</p>

<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA ↳ Pró-Reitorias ↳ ↳ Pró-Reitoria de Graduação (PRG) <u>RESOLUÇÃO COG 8156, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a redução, em caráter excepcional no contexto da pandemia de Covid-19, para os formandos do ano letivo de 2021, da carga horária total dos cursos da área da saúde.</p>
<p>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</p>	<p>REITORIA <u>PORTARIA UNESP 139 DE 14-12-2021.</u> Institui o selo comemorativo aos 200 anos de independência do Brasil e 100 anos da Semana de Arte Moderna na Unesp <i>(Republicada por ter saído com incorreções)</i></p>
<p>Defensoria Pública do Estado (DPE)</p>	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre o expediente nas Unidades da Defensoria Pública do Estado no exercício de 2022 e dá outras providências.</p>
<p>Ministério Público do Estado (MPE)</p>	<p>PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA <u>RESOLUÇÃO Nº 1.402/2021-PGJ, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021</u> (SEI 29.0001.0132425.2020-44) Altera a Resolução nº 1.035/17-PGJ, PGJ, de 25 de julho de 2017, que cria a Coordenadoria Geral de Acompanhamento e Supervisão Disciplinar dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 1.342/2021-CPJ, DE 1º DE JULHO DE 2021</u> (SEI 29.0001.0123476.2021-37) Disciplina a notícia de fato, o inquérito civil, o procedimento preparatório, a expedição de recomendações, a realização de audiência pública, a celebração de compromissos de ajustamento de conduta e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 1.399/2021-PGJ, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a criação do NUIPA GEDRADI - Grupo Especial de Combate aos Crimes Raciais e de Intolerância.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 1.398/2021-PGJ, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> (SEI 29.0001.0121826.2021-64) Dispõe sobre o serviço voluntário no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p>
<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>

18/12/2021

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 51, DE 2021

Altera o inciso I, do artigo 2º da [Lei nº 7.450, de 16 de julho de 1991](#), que "Cria a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos e dá providências correlatas"

[DOE, Legislativo, 18/12/2021, p. 8](#)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 890, DE 2021

Classifica Cerquilho como Município de Interesse Turístico

[DOE, Legislativo, 18/12/2021, p. 8](#)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)

COMUNICADOS

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

COMUNICADO GP Nº 54/2021

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, COMUNICA a expedição dos ALERTAS de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao quinto bimestre (RRO) do ano de 2021 das Câmaras e Prefeituras Municipais abaixo relacionadas.

(...)

[DOE, Legislativo, 18/12/2021, p. 11](#)

17/12/2021

MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1011, DE 2019

Mensagem A-nº 139/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura institui na rede estadual de ensino, o "Programa de Educação Financeira" (artigo 1º), fixa seus objetivos e diretrizes (artigo 2º), faculta a promoção de palestras, seminários, *workshops* e atividades lúdicas a serem ministradas por professores da rede estadual de ensino, por instituições públicas ou privadas ou por palestrantes convidados (artigo 3º) e prevê a celebração de parcerias e convênios para a execução das ações nela previstas (artigo 4º).

(...)

[DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 2](#)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 492, DE 2020

A-nº 138/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida objetiva obrigar os condomínios residenciais e comerciais, por meio de seus síndicos ou administradores, a comunicarem às autoridades policiais a ocorrência ou indícios de casos de maus-tratos contra animais cometidos em suas unidades autônomas ou nas áreas comuns (artigo 1º).

(...)

[DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 2](#)

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 2021

Altera Dispositivos da [Lei Complementar nº 893, de 9 de março de 2001](#), que institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar.

[DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 3](#)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 887, DE 2021

Estabelece aos vacinadores responsáveis pela aplicação das vacinas contra covid-19 a obrigação, sob pena de multa, de informar aos vacinantes, previamente à aplicação da vacina, as contraindicações, reações adversas possíveis e o caráter experimental da respectiva vacina.

[DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 4](#)

PROJETO DE LEI Nº 886, DE 2021

Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Parque Ecológico do Crispim", e dá providências correlatas.

[DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 4](#)

PROJETO DE LEI Nº 885, DE 2021

Dispõe sobre a obrigatoriedade das operadoras de planos de assistência à saúde reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS a informar ao consumidor, na fatura de cobrança, em porcentagem e de forma pormenorizada, os itens que compõem o valor da contraprestação financeira, e trata-se também de vedação às operadoras de planos de assistência à saúde reguladas pela ANS a recusa em ofertar à venda aos consumidores, pessoas físicas, de seus planos de saúde à sua comercialização, sendo que os preços praticados deverão ser os mesmos aplicados aos consumidores já atendidos nos mesmos planos, observando a idade do consumidor e as particularidades dos referidos planos.

[DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 4](#)

PROJETO DE LEI Nº 883, DE 2021

Autoriza o Poder Executivo a instalar um restaurante do Programa "Bom Prato" no município de Indaiatuba.

[DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 4](#)

PROJETO DE LEI Nº 882, DE 2021

Institui a Campanha *Check-up* Feminino para orientação e prevenção de doenças no Estado de São Paulo e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 3](#)

PROJETO DE LEI Nº 881, DE 2021

Institui o "Dia Estadual da Conscientização sobre Mudanças Climáticas".

[DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 3](#)

PROJETO DE LEI Nº 880, DE 2021

Institui a Campanha de Conscientização sobre a Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 3](#)

PROJETO DE LEI Nº 879, DE 2021

Autoriza o Poder Executivo Estadual a celebrar convênios com os Municípios e Organizações da Sociedade Civil para viabilizar o resgate de animais domésticos em condições de maus-tratos.

[DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 3](#)

PROJETO DE LEI Nº 878, DE 2021

	<p>Institui o Cadastro Estadual para Adoção de Animais e dá outras providências. DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 3</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 877, DE 2021</u> Autoriza o Poder Executivo a criar uma Reserva Marinha no litoral do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 3</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 876, DE 2021</u> Dispõe sobre a destinação do lodo proveniente do tratamento de esgoto no Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 3</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA COMUNICADO GP Nº 53/2021 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em atenção ao contido no Comunicado GP nº 33/2021, torna pública relação de processos digitalizados, que passam doravante a tramitar exclusivamente em meio eletrônico, mantidos por prevenção os e. Conselheiros anteriormente designados nos respectivos processos físicos convertidos. Eventuais advogados e partes ainda não cadastrados no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), ou não habilitados nos processos abaixo indicados, deverão fazê-lo pelo <i>link</i>: https://e-processo.tce.sp.gov.br/e-tcesp/. DOE, Legislativo, 17/12/2021, p. 13</p>
<p>16/12/2021</p>	<p>PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 86, DE 2021</u> Susta o Decreto nº 58.075, de 25 de maio de 2012, que cria, na Secretaria da Cultura, como equipamento cultural da área de Difusão Cultural, o Centro de Cultura, Memória e Estudos de Diversidade Sexual do Estado da São Paulo e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 16/12/2021, p. 9</p> <p>PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29, DE 2021</u> Cria a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no âmbito da Assembleia Legislativa DOE, Legislativo, 16/12/2021, p. 8</p>
<p>15/12/2021</p>	<p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2514, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Considera regulares e aprova as contas anuais apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo relativas ao exercício econômico-financeiro de 2020.</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 873, DE 2021</u> Dispõe sobre a promoção da alimentação saudável em escolas do Estado de São Paulo.</p>

	<p>DOE, Legislativo, 15/10/2021, p. 8</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 872, DE 2021</u> Dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o Transtorno do Espectro Autista no âmbito do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 15/10/2021, p. 8</p>
14/12/2021	<p>MENSAGENS DO GOVERNADOR <u>MENSAGEM A-Nº 136/2021 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> (...) Em aditamento à Mensagem A-nº 134/2021, do dia 8 de dezembro do ano em curso, pela qual encaminhei a essa egrégia Assembleia o Projeto de Lei que recebeu o número 868, de 2021, venho solicitar a Vossa Excelência que nele sejam realizadas as alterações constantes no texto anexo a esta Mensagem. (...) DOE, Legislativo, 14/10/2021, p. 8</p> <p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 37, DE 2021</u> Mensagem A-nº 135/2021 do Senhor Governador do Estado (...) De autoria do Poder Executivo, a propositura dispõe sobre a concessão do Abono-Fundeb, em caráter excepcional, no exercício de 2021, aos profissionais da educação básica da Secretaria da Educação, em efetivo exercício, para fins de cumprimento do disposto no inciso XI, do artigo 212-A, da Constituição Federal, e do artigo 26 da Lei federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. (...) DOE, Legislativo, 14/10/2021, p. 8</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 870, DE 2021</u> Dispõe sobre controle e fiscalização, sobre atividades que perturbem o sossego e o bem-estar público e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 14/10/2021, p. 8</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
18/12/2021	<p><u>LEI Nº 17.726, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 814/21, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo com a União nos autos do processo nº 0068278-78.1974.403.6100, com vistas a encerrar a disputa judicial que recai sobre a área conhecida como Campo de Marte</p>

16/12/2021

LEI Nº 17.725, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

(PROJETO DE LEI Nº 742/21, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO)

Prorroga até 31 de julho de 2022 o prazo previsto no parágrafo único do art. 4º da [Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014](#)(*).

(*) *Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.*

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>